



Poder Executivo
Lei Ordinária Sancionada em
13/12/2011

Adilson de Jesus Santos
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 0961/2011
De 13 de Dezembro de 2011

(do PLO 036/2011 – autor: Poder Executivo).

EMENTA - "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Orçamento do Município de Tobias Barreto para o Exercício 2012, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOBIAS BARRETO, Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica.

Faço saber que a Câmara Municipal de Tobias Barreto APROVOU e EU sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 2012, em cumprimento ao disposto no §5º do art. 165 da Constituição Federal, conforme Lei Orgânica do Município e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2012 compreendendo:

§1º - O Orçamento Fiscal, referente aos poderes do Município.

§2º - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os fundos, órgãos e entidades a quem compete executar ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social, vinculadas a Administração Municipal.

Artigo 2º - A Receita Total estimada no orçamento fiscal e na seguridade social é de R\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de reais).

Artigo 3º - A receita por categoria econômica segunda a origem dos recursos, de acordo com o desdobramento constante do anexo I, será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, transferências e outras receitas correntes e de capital, na forma do art. 6º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.



Artigo 4º - A despesa total fixada no orçamento fiscal e na seguridade social é de R\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de reais) discriminadas pelos quadros de detalhamento das despesas - QDD, natureza da despesa e programa de trabalho, anexo.

I. R\$ 45.213.800,00 (quarenta e cinco milhões, duzentos e treze mil, oitocentos reais), do orçamento fiscal.

II. R\$ 10.786.200,00 (dez milhões, setecentos e oitenta e seis mil, duzentos reais), do orçamento da seguridade social.

Artigo 5º - O Poder Executivo fica autorizado a promover os ajustamentos orçamentários, decorrentes de eventual reorganização administrativa.

Artigo 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar até o limite de 80% (oitenta por cento), do total das receitas estimadas nesta Lei e seus anexos, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias do orçamento fiscal e da seguridade social, nos termos do art. 7º da Lei Federal Nº 4.320 de 1964, mediante utilização de recursos decorrentes de:

- I.** Anulação de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- II.** Excesso de arrecadação, podendo considerar ainda a tendência do exercício;
- III.** Superávit financeiro do exercício anterior;
- IV.** Produto de operações de crédito autorizadas e/ou contratadas durante o exercício.

Artigo 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar os anexos constantes do Plano Plurianual de investimentos para o quadriênio 2010/2013 e da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2012, para atender eventuais emendas propostas pela Câmara Municipal, garantindo a compatibilidade com a Lei Orçamentária de 2012.



Artigo 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e transferir por decreto, funções, sub-funções, programas, atividades e projetos, elementos de despesas, de acordo com a Lei Federal nº 4.320 de 1964.

Artigo 9º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Município, estabilizados a preços de julho de 2011, poderão ser corrigidos, até o mesmo antes do início da Execução Orçamentária ou quando necessário, mediante a aplicação do índice geral de preços do mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de agosto (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2011.

Artigo 10 - Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários abertos nos últimos 04 (quatro) meses do exercício podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do chefe do poder executivo municipal conforme dispositivos da Lei Federal 4.320 de 1964.

Artigo 11 - Adotando o disposto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que regem a administração geral, integram esta lei os anexos abaixo relacionados:

- Receita e Despesa - Categoria Econômica;
- Receita - Resumo Geral;
- Natureza da Despesa;
- Natureza da Despesa-Consolidação;
- Programa de Trabalho;
- Programa de Trabalho-Consolidação;
- Demonstrativo da Despesa por Função; sub-função e Programa-Vínculo com os Recursos;
- Despesas por Órgãos e Funções;
- Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD;
- Sumário Geral;
- Despesas por Função e Fonte de Recursos.



Artigo 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Artigo 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Tobias Barreto/SE, 13 de Dezembro de 2011, 190º da Independência, 123º da República e 102º da Emancipação Política Municipal.

Adilson de Jesus Santos
Prefeito Municipal